

Constituinte: acordo garante a aprovação de mais 56 artigos

BRASÍLIA — Cerca de 30 líderes partidários conseguiram ontem acertar um acordo para 56 dos 60 artigos do primeiro capítulo do Título II — Direitos Individuais e Coletivos — do projeto de Constituição. Na sessão de hoje o plenário deverá aprovar o substitutivo do Centrão, destacando as questões não acordadas para votação em separado. Só deverá ser decidida no voto a questão da propriedade, pois não foi possível um entendimento.

Nova reunião será realizada hoje pela manhã para tentar resolver esse e os outros pontos que ficaram em aberto. O substitutivo do Centrão prevê a desapropriação em dinheiro e não fixa a definição da função social da terra que estava expressa no texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Todas as tentativas para um acordo fracassaram, já que setores do PMDB e os pequenos partidos não abriram mão do destaque para manter o texto original.

Para o Centrão, a definição da propriedade e a fixação de normas claras de indenização ao desapropriado são questões fundamentais.

Na opinião do Deputado José Bonifácio (PDS-MG), este deverá ser o único tema que só será definido no embate do plenário. Para as demais questões, o Centrão, e a liderança do PMDB na Constituinte estão procurando textos alternativos. Para o dispositivo que prevê que a tortura é um crime inafiançável, por exemplo, o Centrão incluiu penas idênticas para os casos de terrorismo, tráfico de drogas e crimes hediondos. O PMDB e os partidos de esquerda não concordam que estas quatro questões estejam expressas em um mesmo artigo, mas é possível um entendimento que partindo da divisão do tema em dois tópicos: no primeiro a colocação dos crimes de tortura e terrorismo e, no segundo, os demais.

Também é possível um acordo para incluir na Constituição o direito

Telefoto de Gustavo Miranda



A partir da esquerda, Fogaça, Arbage, Ulysses e Cabral, na reunião do acordo sobre o capítulo I do Título II

das associações e sindicatos poderem representar seus filiados em qualquer ação judicial. O Centrão suprimiu este dispositivo no seu projeto, mas a idéia é utilizar um pedido de destaque supressivo, retirando do texto da Sistematização, parte do parágrafo. A proposta expressa ontem pelo Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) será objeto de consulta na reunião de hoje do Centrão, antes da última rodada de negociações.

Outra questão ainda sem uma solução definitiva é relativa ao habeas data, previsto para garantir o direito de informação. O Centrão ficou de estudar uma proposta.

Além da desapropriação, não foi possível traçar um caminho de entendimento para a questão do mandato de segurança coletivo, que o Centrão retirou do texto. A primeira proposta do Líder Mário Covas (PMDB-SP) foi a de pedir destaque

para votar a matéria em separado, mesmo sabendo que, no plenário, poderia ser derrotado pela maioria de 280 do Centrão. Mas um dos coordenadores do Centrão, Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) apresentou uma emenda que prevê, com outra terminologia, a possibilidade de que os mandados de segurança possam ser coletivos. Caso não se consiga um acordo para a matéria, o PMDB poderá pedir preferência para a votação do destaque de Fiúza, o que levaria o Centrão a apoiar a proposta.

Segundo o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, os quase três dias de negociação foram muito proveitosos, conseguindo-se o entendimento na maioria das questões. Ele pretende colocar a matéria em votação, independentemente de acordo dos quatro pontos pendentes.

Para Ulysses, o ideal seria que na reunião de hoje já fosse possível avançar as discussões para os polê-

micos temas trabalhistas que estão no capítulo seguinte — Direitos Sociais.

Após a reunião, a maioria dos líderes considerou que a forma final definida pelo acordo foi precisa agradando aos vários grupos. O Senador Fernando Henrique Cardoso assegurou que o PMDB votará o substitutivo do Centrão, o mesmo acontecendo com os pequenos partidos, à exceção do PC do B e do PT, que podem não apoiar a proposta de acordo caso não se defina a questão da propriedade.

O Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), do Centrão, lembrou que o que estava sendo negociado era um dos mais longos capítulos da Constituição, e que tinha sido acordado 56 dos 60 parágrafos.

— Isto demonstra que o nosso Projeto não difere muito do que já foi discutido e nós estamos melhorando o texto constitucional, num trabalho coletivo — afirmou.